

INQUÉRITO 4.462 DISTRITO FEDERAL

RELATOR	: MIN. EDSON FACHIN
AUTOR(A/S)(ES)	: MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROC.(A/S)(ES)	: PROCURADOR-GERAL DA REPÚBLICA
INVEST.(A/S)	: ELISEU LEMOS PADILHA
INVEST.(A/S)	: WELLINGTON MOREIRA FRANCO
ADV.(A/S)	: RAFAEL SILVEIRA GARCIA
INVEST.(A/S)	: MICHEL MIGUEL ELIAS TEMER LULIA
ADV.(A/S)	: BRIAN ALVES PRADO
ADV.(A/S)	: FREDERICO DONATI BARBOSA E OUTRO(A/S)

DECISÃO: 1. Nestes autos processa-se Inquérito instaurado, de início, contra o ex-Ministro-Chefe da Casa Civil Eliseu Lemos Padilha e o ex-Ministro de Minas e Energia do Brasil Wellington Moreira Franco, com a ulterior inclusão do ex-Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, em relação a fatos ocorridos antes de sua investidura no cargo de chefe do Executivo Nacional.

Segundo afirmação da Procuradoria-Geral da República, *“colaboradores prestaram declarações e indicaram documentos que comprovariam o recebimento, pelos investigados, de vantagem indevida entregue pela ODEBRECHT como contrapartida ao atendimento de interesses deste conglomerado empresarial pela Secretaria de Aviação Civil da Presidência da República”* (fl. 1.656).

Em 29.10.2018, deferi (fls. 1.599-1.611) pedido formulado pela Procuradoria-Geral da República para suspender a tramitação dos autos em relação ao (à época) Presidente da República, Michel Miguel Elias Temer Lulia, até o término do seu mandato, ordenando, de outro lado, a remessa de cópia deste apuratório ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo para adoção das providências necessárias quanto aos demais investigados, Eliseu Lemos Padilha e Wellington Moreira Franco (fls. 1.599-1.611).

Contra tal decisão há agravo regimental interposto pela Procuradoria-Geral da República (fls. 1.655-1.711), contra minutado pelos investigados às fls. 1.751-1.763; fls. 1.772-1.781 e fls. 1.783-1.793.

Também interpôs insurgência regimental Wellington Moreira

INQ 4462 / DF

Franco, este objetivando a permanência dos autos nesta Suprema Corte (fls. 1.633-1.644), recurso interno respondido pela Procuradoria-Geral da República às fls. 1.804-1.809.

Por meio da decisão de fls. 1.738-1.746, autorizei o compartilhamento de documentos dos autos com o Ministério Público do Estado de São Paulo, opondo a Odebrechet S/A (fls. 1.765-1.769) Embargos de Declaração, os quais, assinalo, serão objeto de decisão autônoma nos autos.

2. Com o advento do término do mandato de Presidente da República em 1º.1.2019, cargo no qual se encontrava investido o investigado Michel Miguel Elias Temer Lulia, constato a superveniente causa de cessação da competência jurisdicional do Supremo Tribunal Federal, nos termos de pacífica jurisprudência, *mutatis mutandis*:

“INQUÉRITO. AGRAVO REGIMENTAL. INSTAURAÇÃO DE INQUÉRITO PERANTE O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. APURAÇÃO DE SUPOSTOS CRIMES COMETIDOS POR AUTORIDADE COM PRERROGATIVA DE FORO. CESSAÇÃO DA INVESTIDURA E DA COMPETÊNCIA DESTA CORTE. DETERMINAÇÃO DE REMESSA DA INVESTIGAÇÃO À JUSTIÇA FEDERAL LOCAL. POSSÍVEL CONEXÃO COM OS FATOS APURADOS EM INVESTIGAÇÃO JÁ EM CURSO. 1. A jurisprudência consolidada do Supremo Tribunal Federal é no sentido de não mais subsistir a sua competência penal originária se, no curso do inquérito ou da ação penal, sobrevém a cessação da investidura do investigado ou acusado no cargo, função ou mandato cuja titularidade justificava a outorga de prerrogativa de foro (INQ 2.429-AgR, Rel. Min. JOAQUIM BARBOSA, Tribunal Pleno, DJe 17-8-2007; INQ 2.379- AgR, Rel. Min. CÁRMEN LÚCIA, Tribunal Pleno, DJe de 6-6- 2007; INQ 1.376-AgR, Rel. Min. CELSO DE MELLO, Tribunal Pleno, DJ 16.3.2007). 2. (...) 3. Agravo regimental a que se nega provimento” (PET 6.197, Rel.: Min. TEORI ZAVASCKI, Segunda Turma, julgado em 6.9.2016)

INQ 4462 / DF

“AÇÃO PENAL CONTRA DEPUTADO FEDERAL. QUESTÃO DE ORDEM. RENÚNCIA AO MANDATO. PRERROGATIVA DE FORO. 1. A jurisprudência dominante no STF é no sentido de que, cessado o mandato parlamentar por qualquer razão, não subsiste a competência do Tribunal para processar e julgar, originariamente, ação penal contra membro do Congresso Nacional. 2. (...) 4. Seja pela orientação do relator, que não aplicava o critério que propunha ao presente caso, seja pela manutenção da jurisprudência que prevalece de longa data, a hipótese é de resolução da Questão de Ordem com determinação de baixa da ação penal ao juízo competente, para prolação de sentença” (AP 536 QO, Rel.: Min. ROBERTO BARROSO, Tribunal Pleno, julgado em 27.3.2014).

No que toca ao juízo destinatário, repiso considerações que já realizei nos autos pertinentes aos coinvestigados:

“(...)”

Concernente ao juízo destinatário do inquérito criminal, a Procuradoria-Geral da República indica que ‘a Seção Judiciária do Distrito Federal é competente, nos termos do art. 109-IV da Constituição, porque compete aos juízes federais processar e julgar as infrações penais praticadas em detrimento de bens, serviços ou interesses da União. E aos do Distrito Federal compete processar e julgar condutas praticadas em Brasília/DF, local da sede da Secretaria de Aviação Civil’ (fl. 1.577).

Em requerimento de fls. 1.569-1.572, o investigado Eliseu Padilha contrapõe-se à ótica ministerial, sob o fundamento de ser ‘pacífica a posição desta Suprema Corte quanto à competência da Justiça Eleitoral para análise de casos que envolvam o mal apelidado caixa 2 de campanha, ainda que em concurso com crimes de outra natureza’ (fl. 1.569). Ressalta, com amparo na narrativa dos colaboradores, que ‘os supostos valores requeridos pelos investigados foram destinados para contribuição de campanha’ (fl. 1.571), tese chancelada pela autoridade policial no relatório conclusivo do caso.

INQ 4462 / DF

De fato, a compreensão assente na Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal, na qual fui vencido, orienta que, ‘nos casos de doações eleitorais por meio de caixa 2 - fatos que poderiam constituir o crime eleitoral de falsidade ideológica (art. 350, Código Eleitoral) -, a competência para processar e julgar os fatos é da Justiça Eleitoral’ (PET nº 6.820 AgR-ED, Rel. p/ Acórdão, Min. Ricardo Lewandowski, DJe 23.3.2018).

Nessa direção, reproduzo ementa de outro julgado:

‘Agravos regimentais. Petição. Doações eleitorais por meio de caixa dois. Fatos que poderiam constituir crime eleitoral de falsidade ideológica (art. 350 do Código Eleitoral). Competência da Justiça Eleitoral. Crimes conexos de competência da Justiça Comum. Irrelevância. Pretendido reconhecimento da competência da Seção Judiciária do Distrito Federal ou do Estado de São Paulo. Não cabimento. Prevalência da Justiça Especial (art. 35, II, do Código Eleitoral e art. 78, IV, do Código de Processo Penal). Precedentes. Possível falsidade ideológica relativa a pleito presidencial. Prestação de contas realizada perante o Tribunal Superior Eleitoral. Competência territorial do Distrito Federal. Agravo regimental não provido. Competência absoluta. Matéria de ordem pública. Remessa, de ofício, dos termos de colaboração premiada ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal. Determinação que não firma, em definitivo, a competência do juízo indicado. Investigação em fase embrionária. Impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação de competência. 1. A Segunda Turma do Supremo Tribunal Federal firmou o entendimento de que, nos casos de doações eleitorais por meio de caixa 2 - fatos que poderiam constituir o crime eleitoral de falsidade ideológica (art. 350, Código Eleitoral) -, a competência para processar e julgar os fatos é da Justiça Eleitoral (PET nº 6.820/DF-AgR-ED, Relator para o acórdão o Ministro Ricardo Lewandowski, DJe de

INQ 4462 / DF

23/3/18). 2. A existência de crimes conexos de competência da Justiça Comum, como corrupção passiva e lavagem de capitais, não afasta a competência da Justiça Eleitoral, por força do art. 35, II, do Código Eleitoral e do art. 78, IV, do Código de Processo Penal. 3. Tratando-se de possível crime de falsidade ideológica relativo a pleito presidencial, em que a prestação de contas é feita perante o Tribunal Superior Eleitoral, o foro territorialmente competente deve ser o do Distrito Federal. 4. Como a investigação se encontra em fase embrionária e diante da impossibilidade, em sede de cognição sumária, de se verticalizar a análise de todos os aspectos concernentes à declinação de competência, o encaminhamento de termos de colaboração não firmará, em definitivo, a competência do juízo indicado, devendo ser observadas as regras de fixação, de modificação e de concentração de competência, respeitando-se, assim, o princípio do juiz natural (Inq nº 4.130/PR-QO, Pleno, de minha relatoria, DJe de 3/2/16). 5. A competência absoluta é matéria de ordem pública, razão por que, não obstante o objeto do agravo regimental seja tão somente a pretendida fixação da competência da Seção Judiciária do Distrito Federal ou de São Paulo, nada obsta que, de ofício, se disponha a seu respeito. 6. Agravo regimental não provido. Determinação, de ofício, de remessa dos termos de colaboração premiada ao Tribunal Regional Eleitoral do Distrito Federal, para posterior encaminhamento ao juízo de primeiro grau competente' (PET 6.986 AgR, Rel. p/ Acórdão, Min. Dias Toffoli, Dje 20.6.2018).

Nos termos do relatório policial conclusivo de fls. 1.294-1.445, o Delegado de Polícia Federal sugere o indiciamento de alguns dos envolvidos nos fatos, supostamente ilícitos, pelo crime de falsidade ideológica, previsto no art. 350 do Código Eleitoral. Nesse sentido, cogita-se no hipotético recebimento por parte de Paulo Antônio Skaf e de José Eduardo Cavalcanti de Mendonça de valores destinados ao custeio da campanha

INQ 4462 / DF

eleitoral do primeiro ao Governo de São Paulo (fls. 1.441-1.442).

Desse modo, em se tratando de apurações pela suposta prática de delitos de tutela penal eleitoral, tem-se como providência mais adequada a esta etapa procedimental o envio do inquérito, inicialmente, ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, eis que, *mutatis mutandis*, 'tratando-se de possível crime de falsidade ideológica relativo a pleito presidencial, em que a prestação de contas é feita perante o Tribunal Superior Eleitoral, o foro territorialmente competente deve ser o do Distrito Federal' (PET 6.986 AgR, Rel. p/ Acórdão, Min. Dias Toffoli, Dje 20.6.2018).

Cumprе ressaltar que este encaminhamento não importa, de modo algum, em qualquer definição de competência, que se submete à avaliação exauriente das instâncias próprias, inclusive quanto à higidez criminal do noticiado, circunstância que, ao menos por ora, não está sujeita a controle direto pelo Supremo Tribunal Federal.

Também merece registro que esta decisão não obsta o exame posterior pela Justiça Eleitoral e a eventual cisão dos autos, caso venha a concluir pela existência de informação referentes à suposta prática de crimes comuns apurados no desenrolar das mesmas investigações, com a remessa para o juízo comum.

Portanto, à luz desse cenário, no qual não se perfaz um dos requisitos de fixação da competência deste Supremo Tribunal Federal ao processo e julgamento de autoridades com prerrogativa de foro, evidenciada a inexistência de motivo apto a justificar o prosseguimento desta causa penal no âmbito restrito desta jurisdição especial" (fls. 1.608-1.611).

Desse modo, à luz dessas ponderações, os autos deverão ser encaminhados ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo, constando no ofício que este Inquérito deverá tramitar em conjunto com àquele oriundo da remessa de cópias realizada anteriormente (AR de fl. 1.811).

3. Pelo exposto, **determino** o envio destes autos ao Tribunal Regional Eleitoral de São Paulo para o processamento também em face de Michel

INQ 4462 / DF

Miguel Elias Temer Lulia.

4. Antes deste envio, **ordeno** a autuação de um novo procedimento para fins de julgamento pelo colegiado do agravo regimental interposto pela Procuradoria-Geral da República, a ser instruído como as peças físicas de fls. 1.655-1.711, fls. 1.751-1.763; fls. 1.772-1.781 e fls. 1.783-1.793, além de cópia da decisão hostilizada (fls. 1.599-1.611), sem prejuízo do posterior encarte de outros documentos pelos interessados.

5. Por fim, diante do declínio de competência ordenado nesta decisão, **declaro a perda de objeto** do agravo regimental de fls. 1.633-1.644 interposto pelo investigado Wellington Moreira Franco.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 1º de fevereiro de 2019.

Ministro **EDSON FACHIN**

Relator

Documento assinado digitalmente